

Professoras e professores,

A visita à exposição ***Um plano real: a história da estabilização do Brasil*** requer um preparo prévio dos estudantes sobre o contexto da mostra. O texto abaixo poderá ajudá-los nessa tarefa:

A vida de um país não é uma sucessão de fatos ditos “históricos”, mas a realização, no decorrer do tempo, de uma série de processos pelos quais sociedades e governos vão mudando por ações recíprocas.

A estabilização econômica e política do País, ocorrida entre 1984 e 2002, é um exemplo notável de um desses processos ocorridos na História do Brasil.

Apoiado numa cronologia ilustrada por trechos de noticiário de televisão, o visitante acompanha 18 anos de acontecimentos. Se tiver entre 12 e 18 anos de idade, ele poderá conhecer fatos marcantes vividos por seus pais e avós. O importante é que ele entenda que nos seus próximos 18 anos, ele será mais protagonista que espectador da vida do Brasil.

Contar essa história obriga dizer o quanto era dramático o cenário econômico no início dos anos 1980: as contas públicas eram muito maiores do que a arrecadação. A recessão levava ao arrocho salarial, e tudo se complicava com a presença de uma inflação sem controle. Uma situação que só desgastava o governo militar, que já não contava com o consenso da população.

Captando esse sentimento, a oposição ao regime viu a chance de restabelecer a democracia e inspirou uma grande mobilização que pedia a volta das eleições diretas para a Presidência da República, com a palavra de ordem: “*Diretas Já*”. Em abril de 1984, o Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, foi palco de um comício que reuniu cerca de 1,5 milhão de pessoas, repetido em quase todas as capitais brasileiras, o que forçou a aprovação da candidatura de um civil, Tancredo Neves, só que para eleições indiretas ainda no Colégio Eleitoral. Tancredo venceu o pleito, mas faleceu, pouco antes de ser empossado.

Entretanto, foi mantida a legalidade, e seu vice, José Sarney, assumiu a presidência, num claro sinal de que a democracia podia ser conquistada. O novo governo declarou guerra contra a inflação, que, àquela altura, trazia aumentos de preços de quase 10% ao mês.

Naquele momento, essa era a preocupação central do País, e foram economistas de duas escolas de pensamentos diferentes – a PUC do Rio de Janeiro e a Unicamp de São Paulo – que produziram o Plano Cruzado, lançado no início de 1986. As principais medidas tomadas foram o congelamento de preços e a criação de uma nova moeda, o Cruzado. Subiu o poder de compra dos salários, mas o aumento do consumo levou ao desabastecimento dos supermercados.

O governo, então, lançou novo plano, o Cruzado II, que extinguiu o congelamento de preços e aumentou a taxa de alguns produtos para conter o consumo. Alguns bens tiveram alta exorbitante, e a importação de produtos de primeira necessidade causou um rombo nas reservas monetárias do País.

Os brasileiros voltaram a conviver com a inflação, que parecia ter ressurgido com mais força. Ao atingir 19% mensais em abril de 1987, novos planos foram implantados: o Plano Bresser, seguido pelo Plano Verão, este com corte de três zeros na moeda, chamada agora de Cruzado Novo.

Entretanto, apesar das dificuldades da economia, avançava a democracia brasileira. Em 1985, aprovou-se a emenda que instituiu eleições diretas nos níveis municipal, estadual e federal e, em 1988, foi promulgada a nova Constituição, fruto de quase dois anos de discussão na Assembleia Constituinte.

Em 1989, nas primeiras eleições diretas para presidente, ganhou Fernando Collor de Mello, que prometia modernizar o Brasil. No dia seguinte à sua posse, lançou o Plano Collor: congelou preços e salários e, mais uma vez, trocou a moeda nacional para o Cruzeiro. O maior impacto, no entanto, se deu com o confisco, por 18 meses, de todo valor acima de Cz\$ 50 mil que os cidadãos tivessem em banco, o que provocou indignação geral.

Menos de um ano depois, e com a inflação em descontrole, foi lançado o Plano Collor II, que tampouco estancou as altas de preços. Foi grande a decepção popular que invadiu o âmbito político: em 1992, Fernando Collor sofreu denúncias de corrupção e foi destituído do cargo por *impeachment*.

Assumiu o vice-presidente, Itamar Franco, quando a inflação beirava os 30% mensais. Concentraram-se os esforços na busca de medidas que resolvessem a questão, e três ministros passaram pela Fazenda antes que Fernando Henrique Cardoso assumisse a pasta.

Logo de início, o novo ministro anunciou o corte de três zeros na moeda e a mudança dela de Cruzeiro para Cruzeiro Real. Também promoveu a criação de um grupo de economistas com a missão de elaborar nova estratégia, sem cair nos erros do passado. Paralelamente, foram traçadas medidas de controle dos gastos públicos, aprovadas pelo Congresso.

Feito isso, Fernando Henrique anunciou o Plano Real, diferente dos anteriores por não congelar os preços e salários. A aposta era na recuperação da confiança e na construção de uma moeda forte, conquistada em uma fase de transição, iniciada em 1º de março de 1994, na qual vigoraria uma unidade de valor sem inflação, a Unidade Real de Valor (URV), um valor de referência com cotação diária, colocado junto aos preços dos produtos em cruzeiros reais para que os cidadãos entendessem o processo e o apoiassem.

O Real substituiu o Cruzeiro Real e passou a circular em 1º de julho de 1994, portador da promessa de estabilidade (nesse dia, a relação entre as duas moedas era de CR\$ 2.750,00 para cada R\$ 1,00).

Funcionou e trouxe um novo comportamento dos consumidores, que puderam comparar preços, controlar gastos e planejar a vida. Mas o Plano Real não consistiu apenas em trocar a moeda, porque isso não seria suficiente para mudar também o comportamento dos governantes.

A partir de 1995, o governo FHC complementou as políticas de estabilização com o saneamento das contas públicas, as reformas da Previdência Social e da Administração Pública. Houve recuperação dos bancos e a renegociação das dívidas de estados e municípios com o governo federal. Esse processo culminou com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que previu regras para evitar a repetição dos desvios orçamentários.

--